



# GOVERNAMENTALIDADE E GEOGRAFIA: UMA REVISÃO CRÍTICA<sup>1</sup>

■ RAFAEL GONÇALVES DE ALMEIDA\*

**Resumo:** O presente artigo é uma revisão da literatura dos chamados “estudos de governamentalidade” (*governmentality studies*) e aponta algumas precauções que devemos tomar (nós geógrafos “não ocidentais”) para evitar uma transposição irrefletida para a pesquisa geográfica e a realidade latino-americana. Nosso texto, embora com objetivo modesto, visa servir como subsídio para aqueles que desejam uma primeira aproximação com o tema da governamentalidade no âmbito da Geografia. Iniciaremos com uma breve discussão acerca de alguns aspectos da obra de Foucault, referente à emergência da governamentalidade liberal, para, depois, relacionarmos esta abordagem à Geografia, indicando como diferentes autores vêm refletindo sobre as relações entre a governamentalidade e o espaço; caberá-nos também pensar, em linhas gerais, como tais estudos podem nos ajudar a refletir sobre as configurações específicas das tecnologias de governo encontradas em sociedades “não ocidentais”. Finalmente, argumentaremos que a abordagem genealógica e os estudos de governamentalidade não são incompatíveis com uma abordagem crítica, na medida em que fornecem um instrumental conceitual e analítico capaz de estabelecer criticamente as relações entre a prática cotidiana e o pensamento estratégico dos programas governamentais.

**Palavras-chave:** Governamentalidade; Geografia; Pós-colonialismo

## Introdução \_\_\_\_\_

No curso de 1978, Foucault opera um deslocamento de uma análise do poder

para uma análise do governo que, segundo Senellart (2008), resulta da extensão de sua pesquisa ao Estado, que ainda não tinha

lugar no estudo das disciplinas. Em um primeiro momento, Foucault utiliza “governo” ainda em seu sentido tradicional de autoridade pública, enquanto a governamentalidade designa o regime de poder instaurado no século XVIII que tem como objeto a população (SENELLART, 2008). A governamentalidade possui, assim, um sentido historicamente determinado. Entretanto, na medida em que ele aprofunda o estudo das técnicas de gestão das populações através da economia, a governamentalidade passa a adquirir um sentido mais amplo, referindo-se, de forma abrangente, às técnicas de condução das condutas dos indivíduos.

Contudo, Foucault nunca publicou um livro sobre essas reflexões, e preferiu retomar o projeto de uma história da sexualidade. Durante muito tempo, praticamente tudo o que se tinha sobre a governamentalidade se resumia à sua aula de 1º de fevereiro de 1978, que foi publicada pela primeira vez em português em 1979, no livro “Microfísica do poder”. No Brasil, alguns estudos foram realizados e, apesar de não se ocuparem da governamentalidade explicitamente, contribuíram para a compreensão das racionalidades, das práticas e dos espaços implicados nas tentativas de produzir efeitos de poder e subjetividades. Os livros de Roberto

Machado (1978) e Jurandir Freire Costa (2004 [1979]), publicados ainda na década de 1970, assim como o livro de Margareth Rago (1985), são exemplos marcantes nesse sentido.

No entanto, no Brasil, pouca atenção foi conferida ao tema e outros aspectos de sua obra foram priorizados. Tal desinteresse não foi exclusivo do Brasil. Mesmo na França, a aula de 1º de fevereiro sobre a emergência da governamentalidade só foi traduzida em 2004 e, segundo Jacques Donzelot<sup>2</sup>, sem despertar muito interesse do público francês. No mundo anglo-saxão, todavia, a publicação da referida aula no livro *The Foucault Effect* na língua inglesa em 1991<sup>3</sup> – e que, além disso, continha uma série de artigos de colaboradores de Foucault –, levou a uma rápida ascensão do tema nas pautas de discussão e nos planos de pesquisa de diversas disciplinas (antropologia, história, ciência política, sociologia e geografia), inspirando aquilo que ficou conhecido como “estudos de governamentalidade” (*governmentality studies*). A revisão que apresentamos neste artigo irá focar mais especificamente na literatura anglo-saxã sem, porém, limitar-se a ela. Esses estudos, em um primeiro momento, resultaram em pesquisas voltadas para a realidade dos países “ocidentais”<sup>4</sup>. Mais recentemente, a noção e o tema da

governamentalidade vêm despertando o interesse de autores que desenvolvem suas pesquisas em países africanos, latino-americanos e asiáticos, levando a uma aproximação cada vez maior – ao mesmo tempo, profícua e conflituosa – com os estudos pós-coloniais.

Machado (2007), em sua introdução ao livro *Microfísica do Poder*, alerta para a importância de, a despeito da ambição muitas vezes englobante das afirmações de Foucault, não perdermos de vista que o filósofo francês realizava análises particularizadas, que não devem ser aplicadas indistintamente sobre novos objetos, fazendo-lhes assumir uma postura universalizante. O próprio Foucault admite, juntamente com Deleuze (em Foucault (2007 [1979])), que a teoria é sempre local, relativa a um pequeno domínio, que pode ou não se aplicar a um outro domínio, mais ou menos afastado, mas que ela nunca é totalizadora. Por conseguinte, o instrumental teórico desses estudos não pode ser simplesmente transposto, por exemplo, para a realidade latino-americana. Em relação à pertinência desses estudos para a Geografia, o mesmo se aplica, e é preciso ir além das linhas gerais traçadas por Foucault para revelar as “geografias substantivas” (PHILO, 1992) que emergem das relações entre conhecimento, espaço e

poder. Desta maneira, torna-se mister não apenas descortinar os elementos das racionalidades subjacentes ao exercício do poder que o estudo da espacialidade revela, mas, também, os fundamentos geográficos da produção de conhecimento governamental.

O presente artigo busca fazer uma revisão dessa literatura que ficou conhecida como estudos de governamentalidade e apontar algumas precauções que devemos tomar (nós geógrafos “não ocidentais”) para evitar uma transposição irrefletida da literatura para a pesquisa geográfica e a realidade latino-americana. Iniciaremos com uma breve discussão acerca de alguns aspectos da obra de Foucault referente à emergência da governamentalidade, para depois relacionarmos esta abordagem à Geografia (indicando como diferentes autores vêm refletindo sobre as relações entre a governamentalidade e o espaço), e indicarmos, em linhas gerais, como tais estudos podem nos ajudar a refletir sobre as configurações específicas das tecnologias de governo encontradas em países “não ocidentais”. Finalmente, argumentaremos, com o auxílio dessa literatura, que a genealogia e os estudos de governamentalidade não são incompatíveis com uma abordagem crítica. Nosso texto, embora com objetivo modesto, visa servir

como subsídio para aqueles que desejam uma primeira aproximação com o tema da governamentalidade no âmbito da Geografia.

### **A emergência da governamentalidade liberal**

---

Nos cursos de 1978 e 1979, Foucault está particularmente interessado em estudar a emergência de uma nova racionalidade na arte de governar: o liberalismo. Segundo ele, quando os fisiocratas descobrem que há, de fato, mecanismos espontâneos da economia que deveriam ser respeitados pelo governo para não produzir efeitos opostos aos seus objetivos, o Estado passa a munir sua política de um conhecimento preciso daquilo que acontece na sociedade, no mercado e nos circuitos econômicos. O direito, que impunha uma limitação externa às práticas de governo, passa a ser substituído por uma limitação interna, que funciona a partir do exame da realidade e do cálculo dos custos, e da provável eficiência da intervenção governamental. A ação sobre a população, na medida em que age sobre a realidade efetiva, não se exerce apenas por meio da punição e do "adestramento", não mais de forma negativa (proibitiva), mas através de impulsos positivos sobre as

tendências identificadas. Agora, o que está em jogo não é mais a legitimidade do exercício do poder, mas sim o cálculo dos custos e efeitos da intervenção governamental.

Aquilo que ele chama de "governamentalidade" é o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer esta forma bastante específica de poder (FOUCAULT, 2008a [1978]). A economia política é compreendida como "uma espécie de reflexão geral sobre a organização, distribuição e limitação dos poderes numa sociedade", ao oferecer a possibilidade de assegurar a autolimitação da razão governamental (FOUCAULT, 2008b [1979], p. 19). Essa autolimitação, no entanto, não depende do respeito à liberdade dos indivíduos, mas da evidência da análise econômica (FOUCAULT, 2008a [1978]).

Ainda assim, a liberdade está no cerne dos problemas que são postos a essa prática, visto que ela só pode funcionar a partir da existência de um certo número de liberdades, necessárias para o bom funcionamento (o funcionamento "natural") dos mecanismos espontâneos da economia. O governo liberal busca intervir o mínimo possível nesses processos "naturais" da

população, procurando sempre levá-los em conta antes de agir. Por isso, Foucault (2008a [1978]) argumenta que não se trata mais de regulamentar, mas de gerir a população, pois não se quer tanto impedir as coisas, mas enquadrar os fenômenos naturais de tal modo que eles não se desviem. Os mecanismos de segurança, nesse sentido, são aqueles que garantem o bom funcionamento dos processos econômicos intrínsecos à população e incluem a saúde, a seguridade social e a educação.

Contudo, o que aparece como inovador no liberalismo como uma racionalidade de governo, é que não mais o governo é pautado por uma racionalidade de Estado, pela racionalidade do “eu soberano”, mas pela racionalidade dos que são governados como sujeitos econômicos. Assim, o historiador Patrick Joyce (2003) afirma que a governamentalidade liberal necessita imprimir o cálculo no espírito daqueles que serão governados, para formar cidadãos responsáveis e racionais, que buscam satisfazer os seus próprios interesses.

[O] indivíduo só vai se tornar governamentalizável, (...) só se vai poder agir sobre ele na medida em que, e somente na

medida em que, ele é *homo oeconomicus*. Ou seja, a superfície de contato entre o indivíduo e o poder que se exerce sobre ele, por conseguinte o princípio de regulação do poder sobre o indivíduo, vai ser essa espécie de grade do *homo oeconomicus*. O *homo oeconomicus* é a interface do governo e do indivíduo. E isso não quer dizer de forma alguma que todo indivíduo, todo sujeito, é um homem econômico (FOUCAULT, 2008b [1979], p. 345 e 346).

Deste modo, como afirma Dean (2010 [1999]), a economia só poderá ser autorregulada dentro de certos parâmetros. Por isso, Foucault (1983) insiste que não devemos considerar o Estado moderno como uma entidade que foi desenvolvida acima dos indivíduos, ignorando o que são, mas, ao contrário, como uma estrutura sofisticada, na qual indivíduos podem ser integrados, contanto que sua individualidade possa ser moldada de uma nova forma e submetida a um conjunto de padrões específicos (FOUCAULT, 1983, p. 214).

Bröckling et al. (2011) afirmam que Foucault examina os processos de formação do Estado conectando-os com o desenvolvimento e as formas cambiantes de subjetivação. A noção de “governo” se expande para abarcar não somente como nós exercemos autoridade sobre outros, ou como nós governamos entidades abstratas, mas, também, como governamos a nós mesmos (DEAN, 2010 [1999]). O “governo” pode, então, ser entendido como “o ponto de contato, no qual a forma de condução dos indivíduos pelo outro está amarrada ao governo de si” (LEMKE et al., 2000, p. 29). Nesse sentido, os estudos de governamentalidade buscam compreender como o pensamento opera no interior de nossas formas organizadas de fazer as coisas, ou seja, no nosso “regime de práticas”, como também, em suas ambições e efeitos (DEAN, 2010 [1999], p. 27). O enfoque recai sobre a relação entre as racionalidades políticas e as tecnologias de governo, a partir da ênfase em questões históricas e empíricas sobre como o governo vislumbra implementar técnicas de “ação à distância” (ROSE, 2007 [1999]).

A liberdade é um instrumento indispensável da arte liberal de governo, visto que o poder é exercido não diretamente sobre as opções de ação do indivíduo ou da coletividade, mas sim

indiretamente ao intervir apenas para estruturar o campo de possibilidade dessas ações. O liberalismo não se limita a simplesmente garantir a liberdade independentemente da práxis governamental, mas sim, organiza as condições sob as quais os indivíduos podem fazer uso dessa liberdade (BRÖCKLING et al., 2011).

Portanto, grande parte dos estudos de governamentalidade preocupa-se, primeiramente, com a limitação da intervenção direta do Estado. François Ewald (1996), por exemplo, discorre sobre a constituição do Estado de bem-estar social, a partir do estudo do problema dos acidentes industriais. Segundo ele, a categoria de “risco social” acabou suprimindo o princípio de responsabilização individual. Ewald (1991) está particularmente interessado na emergência do seguro social, e argumenta que a noção de risco do segurador é uma forma de calcular a realidade. O risco seria uma forma de racionalidade que permite tornar eventos calculáveis de maneiras específicas. O trabalho do segurador é “produzir” o risco e encontrar formas de segurar aquilo que antes não poderia ser segurado.

Daniel Defert (1991), que também estuda os acidentes na indústria, argumenta que a tecnologia de seguridade social foi

organizada para se contrapor às formas de solidariedade do movimento operário, levando à despolitização dos conflitos sociais. Jacques Donzelot (1991; 2001 [1980]; 2007 [1984]), além de concordar com Defert, destaca a emergência do “social” como um campo de ação governamental que opera a partir das discrepâncias entre a economia e a sociedade. Segundo ele, o social é uma invenção necessária para reduzir as paixões políticas na democracia, buscando corrigir essas discrepâncias e garantir a governabilidade da população. Já Peter Miller e Nikolas Rose (2008) analisam a condução das condutas através do estudo do “marketing”, da contabilidade, do gerenciamento psicológico das organizações, do comércio e da constituição e mobilização dos consumidores.

Assim, admitindo-se que a governamentalidade liberal tenha criado essa teia fina de relações de poder, que não só permite conduzir através da livre escolha dos indivíduos, mas que depende dessas liberdades para poder governar, é imperioso perguntar: como compreender o uso de práticas coercitivas e violentas pelo Estado liberal? Afinal, quais são os limites dessa “ação à distância”?

## **Liberdade, violência e o papel da soberania**

---

Enquanto grande parte dos estudos de governamentalidade tendeu a focar-se na governamentalidade liberal e neoliberal como formas de poder que governam através da liberdade ou “*rule of freedom*” (JOYCE, 2003) <sup>5</sup>, alguns autores passaram a se dedicar a pesquisas sobre a coexistência, nas “democracias liberais”, de uma governamentalidade baseada na lógica da autolimitação e do uso sistemático da violência física direta nessas “democracias”, isto é, o exercício de um poder ilimitado e excessivo <sup>6</sup>. A questão levantada poderia ser formulada da seguinte maneira: como a governamentalidade (neo)liberal moderna integra estrategicamente o uso da violência ao seu regime de poder?

Os eventos que se seguiram ao ataque às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001 – como a “guerra ao terror” e a “guerra preventiva”, as denúncias da violência praticada nas prisões de *Guantánamo* e *Abu Ghraib*, as detenções de suspeitos sem direito à defesa, a discussão em torno das condições de legitimidade do uso da tortura e as leis antiterrorismo que suspendem liberdades individuais em países tão representativos do liberalismo quanto os EUA e a Inglaterra –, certamente ajudaram a

impulsionar questionamentos sobre os limites da “condução das condutas” e dos “poderes da liberdade” (*powers of freedom*)<sup>7</sup> nas sociedades “ocidentais”.

Estes autores argumentam que a governamentalidade liberal e neoliberal não podem ser encaradas simplesmente como alternativas à soberania e à violência, ou seja, como técnicas de organização da sociedade que prescindem da imposição violenta de um Estado despótico, pois a violência não é apenas um sinal de ignorância sobre como se deve governar. Por isso, eles ressaltam que também é preciso investigar os limites que demarcam o ponto em que a regra liberal (em nome da liberdade) é rearticulada nos termos clássicos do poder soberano (OPITZ, 2011). Portanto, será necessário retomar a discussão sobre o exercício do poder soberano e sobre as suas formas atuais.

A obra do filósofo italiano Giorgio Agamben, especialmente o seu livro *Homo Sacer* (2010 [1995]), mostrou-se um material rico para o debate sobre as relações entre o poder soberano e o biopoder<sup>8</sup>. Agamben faz uma releitura da formulação de Carl Schmitt acerca da soberania, segundo a qual o soberano é aquele que decide sobre a exceção, para argumentar que o que fornece o paradigma biopolítico do “ocidente” é o campo de concentração,

e não a prisão, pois é nele que o limite entre a regra e a exceção desaparece. Para ele, o soberano está, ao mesmo tempo, dentro e fora do ordenamento jurídico, pois é ele quem decide sobre a inclusão e a exclusão, sobre a normalidade e a anomia da vida social, sobre quem está apto a exercer a liberdade e quem não está. Desse modo, a soberania permite negar ao inimigo o estatuto de pessoa, ou seja, alguém capaz de agir razoavelmente, estabelecendo um limite entre as “normalidades diferenciais” e o anormal perigoso, ou seja, aquele que não pode ser normalizado e precisa ser confrontado de forma não liberal (OPITZ, 2011).

Balke (2005) e Opitz (2011) argumentam, ainda, que para Carl Schmitt a figura do sujeito soberano permanece indeterminada, o que significa dizer que qualquer um que decida sobre a exceção pode assumir a posição de soberano, independentemente de sua qualificação (BALKE, 2005, p. 77). A soberania, neste caso, não está ligada a um sujeito singular que ocupa o centro do poder (como o rei ou príncipe). Ao contrário, ela é um tipo de relação de poder caracterizada pela força de agir fora da legalidade (OPITZ, 2011). Opitz (2011) ressalta que, apesar de reconhecer que a problematização da segurança cria um vetor no centro do



liberalismo que viola os princípios da liberdade, a análise de Foucault sobre a soberania “nunca decapitou o imaginário do rei” (p. 105).

Agamben (2000) e Opitz (2011) recorrem às reflexões de Walter Benjamin sobre a polícia moderna para problematizar a questão da transgressão da regra delimitada dentro da lei. Benjamin (2011 [1920]), em seu famoso texto “Para uma crítica da violência”, argumenta que na teoria política liberal há duas formas de violência legítima: a violência que instaura o direito e a violência que o mantém. Segundo Benjamin, a particularidade da instituição policial é que, nela, esta fronteira não existe, pois ela instaura o direito (não promulga leis, mas emite decretos de todo tipo) e, ao mesmo tempo, se ocupa de sua manutenção. Logo, os fins da violência policial não são, de forma alguma, idênticos aos do direito.

Pelo contrário, o ‘direito’ da polícia assinala o ponto em que o Estado, seja por impotência, seja devido às conexões imanentes a qualquer ordem de direito, não consegue mais garantir, por meio dessa ordem, os fins empíricos que ele deseja

alcançar a qualquer preço. Por isso a polícia intervém ‘por razões de segurança’ em um número incontável de casos nos quais não há nenhuma situação de direito clara (BENJAMIN, 2011 [1920], p. 135-136).

Por isso, Opitz (2011) afirma que a polícia é uma figura-limite na atualização de uma relação soberana, pois em nome da ordem e da segurança, ela pode violar a lei e, por meio deste ato, reestabelecer o direito. Foucault (2008a [1978]) também reconhece a particularidade do poder exercido pela polícia no sentido de que ela não é um instrumento nas mãos do poder judiciário porque, apesar de derivar do poder régio (como a justiça), ela permanece separada dessa justiça. Segundo ele,

[A] polícia é a governamentalidade direta do soberano (...) é o Golpe de Estado permanente (...) que vai se exercer, que vai agir em nome e em função dos princípios da sua racionalidade própria, sem ter que se moldar ou se modelar pelas regras de justiça que foram dadas por outro lado

(FOUCAULT, 2008a  
[1978], p. 457).

Tendo dito isso, podemos, finalmente, chegar a nossa primeira precaução, ou seja, um primeiro cuidado que é preciso ter ao utilizar as ferramentas teóricas fornecidas pelos estudos de governamentalidade. *Primeira precaução*: O governo liberal, mesmo comprometido com a defesa e a manutenção das liberdades individuais, nunca deixou de integrar às suas práticas métodos violentos, coercitivos e opressores. Isso é importante porque o uso da violência e de todo tipo de medida não liberal não pode ser tratado como casos excepcionais no liberalismo, que fogem ao funcionamento "normal" do governo: eles precisam ser pensados no interior das formas de governo. Se tal precaução é importante para os estudiosos de governamentalidade do "Ocidente", ela se torna especialmente relevante para aqueles que estudam países latino-americanos, africanos e sul-asiáticos, pois, nestes países, os regimes de governo não se constituíram da mesma forma que nos países europeus e nos EUA, apresentando uma série de especificidades que iremos tratar mais à frente.

## Governamentalidade: questões de método

A literatura inspirada no conceito foucauldiano de governamentalidade não produziu uma abordagem unificada; contudo, pode-se dizer que os diversos autores compartilham de uma preocupação comum em relação ao papel da produção de conhecimento na formação das práticas governamentais modernas (ROSE-REDWOOD, 2006b). Um dos principais enfoques da literatura sobre governamentalidade é o exame de como os aparelhos de produção do conhecimento são implicados no processo de governar indivíduos e coletividades. Assim, busca-se analisar os mecanismos de governo, dando ênfase às suas especificidades no sentido de investigar de que forma novos conhecimentos e técnicas tornam áreas governáveis e administráveis (DEAN, 2010 [1999]). Com isso, o próprio pensamento é apreendido como uma prática material ligada a um complexo conjunto de aparelhos de produção de conhecimento que serve como a base técnica da governamentalidade (ROSE-REDWOOD, 2006a).

Tal abordagem adota uma perspectiva que considera que as racionalidades políticas estruturam a esfera de ação governamental, estabelecendo

campos discursivos caracterizados por um vocabulário comum a partir do qual as disputas podem ser organizadas (ROSE, 2007[1999]). Segundo Rose-Redwood (2006b), a analítica do governo não toma a verdade como um dado, mas busca decifrar as formas pelas quais a verdade opera dentro de um campo de governo e como as racionalidades políticas produzem efeitos através do desenvolvimento de tecnologias de poder. Essas racionalidades políticas, no entanto, não são analisadas de acordo com os princípios da lógica, mas através da descrição das correspondências entre os enunciados. Em outras palavras, ela se afasta de uma posição epistemológica que avalia a coerência do discurso em relação ao “real” (e/ou interpreta-o para revelar aquilo que não foi exposto), para analisar o discurso a partir de sua exterioridade e sua materialidade. Os enunciados não são avaliados tendo como referência a realidade, a verdade ou o erro, mas sim, de acordo com sua capacidade de circulação ou troca, isto é, seu campo de correlações (FOUCAULT 2002a [1969]). Neste sentido, como afirma Huxley (2007), os estudos de governamentalidade buscam compreender como o ser humano governa (a si mesmo e o outro) através da produção da verdade.

Nestes estudos, busca-se compatibilizar uma análise de discurso, que Foucault denomina de arqueologia, com uma abordagem histórica mais abrangente – a genealogia – para identificar o conjunto de práticas e instituições que fazem funcionar estratégias e mecanismos de exercício do poder. A arqueologia seria, então, a metodologia apropriada para a análise das discursividades locais, e estaria mais preocupada com as “problematizações”, nas quais os seres humanos se questionam sobre quem são, o que fazem, e sobre o mundo em que vivem. Já a genealogia seria uma abordagem capaz de apreender as condições cambiantes de formação dessas “problematizações” (DREYFUS e RABINOW, 1983). Enquanto a arqueologia é a descrição sistemática e analítica dos discursos, a genealogia relaciona tal análise às estratégias e técnicas de exercício do poder e engloba, também, o não discursivo. Dreyfus e Rabinow argumentam que, por um lado, a arqueologia constrói análises que revelam a produção de saber contida nas formações discursivas, isto é, o quadro de inteligibilidade que organiza de forma coerente as práticas possíveis, definindo aquilo que é qualificável cientificamente e aquilo que é inqualificável. Por outro, a genealogia, através da análise histórica, revela a pluralidade de discursos que

competem num determinado contexto histórico e geográfico e os conecta à prática, às apropriações dos discursos, às maneiras de recomendar e prescrever as ações, e às instituições, equipamentos sociais, técnicas, grupos sociais, programas, modelos e projetos que operacionalizam organizadamente as estratégias de exercício do poder (DREYFUS e RABINOW, 1983).

A articulação entre a arqueologia e a genealogia levanta questões importantes para a Geografia, e vale a pena nos dedicarmos a pensar como essas duas metodologias, que se complementam, podem ser úteis para a pesquisa geográfica. A abordagem arqueológica de Foucault é profundamente espacial e muitos de seus trabalhos foram interpretados em termos de cartografia, topografia e geometria (LEGG, 2007b). Entretanto, Philo (1992) ressalta a necessidade de irmos além de Foucault para examinarmos as geografias históricas que a sua obra ajuda a iluminar. Em relação à abordagem arqueológica, é preciso aplicar à análise do espaço, uma abordagem metodológica originalmente destinada à análise linguística. Duncan e Duncan (1988), por exemplo, como lembra Legg (2007b), fornecem pistas para se pensar essa adaptação, mostrando que a análise da paisagem como texto permite questionar os

pressupostos de uma suposta “ordem natural” do meio.

Não obstante, Foucault (2007 [1979]) admite que a descrição das formações discursivas<sup>9</sup>, na medida em que desemboca na análise dos efeitos de poder aos quais tais formações se associam, deve ser uma descrição espacializante. Isso acaba levando-o a uma aproximação com a Geografia, na medida em que a relação do discurso com a prática é investigada através de uma história das estratégias, das sincronias e da organização espacial. A Geografia, portanto, está implicada na passagem de uma análise das formações discursivas para uma análise genealógica, visto que é a dimensão estratégica (espacializante) do discurso que orienta as demarcações práticas (e a disposição das peças) necessárias ao exercício do poder.

Na medida em que Foucault se desloca da análise do discurso para análise do saber-poder e, depois, para a análise do governo, a ênfase no conhecimento e no comando do espaço torna-se cada vez mais importante, já que o poder sobre as pessoas é exercido através do poder sobre o espaço. Isso se torna claro em “Vigiar e Punir”, livro que marca o início desse deslocamento de uma abordagem metodológica arqueológica para uma abordagem genealógica. A disciplina, tema central do livro, é antes de

tudo um tipo de organização do espaço, e é ela que está no centro das preocupações de Foucault quando ele analisa e articula a prisão, a escola e a fábrica. Sem a organização disciplinar do espaço, não é possível individualizar, vigiar e controlar a população, ou mesmo torná-la objeto do conhecimento científico através do cálculo, das projeções e dos mapeamentos. O espaço disciplinar é, nesse sentido, uma condição necessária para o exercício do biopoder, como destaca O'Tuathail (1996).

Além disso, o próprio Foucault chama a atenção para a necessidade de se fazer uma história dos espaços, que seria, ao mesmo tempo, uma história dos poderes, e que estudaria desde as grandes estratégias geopolíticas até as pequenas táticas do habitat, da arquitetura institucional, da sala de aula, passando pelas implantações econômico-políticas. Segundo ele, "a fixação espacial é uma forma econômico-política que deve ser detalhadamente estudada" (FOUCAULT, 2007[1979], p. 212-213).

Derek Gregory (1998), porém, ressalta que os geógrafos devem dedicar-se a uma análise do espaço que não o apreenda como uma superfície vazia marcada por inscrições de poder e conhecimento, mas devem empenhar-se para revelar as implicações da espacialidade na produção de poder e de conhecimento.

A relevância do espaço para o poder não se resume à elaboração de uma ordem ou um modelo que deve ser sobreposto à materialidade para localizar e calcular os fenômenos sociais, como se este espaço fosse isotrópico e homogêneo. A emergência da governamentalidade depende do conhecimento da materialidade existente e das relações sociais que a animam. Logo, uma segunda precaução que devemos levar em conta ao estudarmos a governamentalidade a partir de uma análise geográfica é não somente buscar os efeitos de um poder já constituído sobre uma organização espacial, mas investigar a espacialidade que é parte integrante das relações de poder e da produção de conhecimento.

Tal abordagem também implica não ver a produção do conhecimento geográfico como algo que evolui linearmente e cumulativamente a partir da identificação de fraquezas teóricas e da formulação de propostas teórico-metodológicas alternativas. As condições políticas em que diferentes teorias se encontram são constitutivas do próprio conhecimento, e não apenas um pano de fundo. Isso significa que não basta contextualizar a produção de conhecimento geográfico para denunciar a ideologia presente nas correntes de pensamento, mas apreender como as

diferentes teorias condensam elementos de uma racionalidade histórica e geograficamente contextualizada, criando possibilidades de intervenção numa dada realidade e abrindo um campo de possibilidades para a prática. Optar por não tratar as teorias sob o ponto de vista que lhes atribui uma ideologia burguesa, como se os autores estivessem escamoteando a realidade intencionalmente, oferece a possibilidade de não reduzir a multiplicidade dos saberes construídos e das técnicas de poder que engendram, a uma única causa, mas sim, abordar os inúmeros deslocamentos que eles operam nas nossas formas de ver o mundo e de nele atuar. Como um mapa, a teoria orienta e, ao mesmo tempo, conduz. Privilegia certos caminhos em detrimento de outros, estabelece pontos de referência e organiza os dados segundo uma lógica.

Nesse sentido, não é de se admirar que os geógrafos tenham um interesse crescente na obra de Foucault e na literatura (bastante heterogênea, diga-se de passagem) associada a ele <sup>10</sup>.

### **A governamentalidade e a Geografia \_\_\_\_\_**

Os geógrafos políticos foram os primeiros a se dedicar aos "estudos de governamentalidade" (ROSE-REDWOOD,

2006b). Contudo, como a íntegra dos cursos de 1978 e 1979 foram publicados em inglês somente em 2004, esses autores utilizam a governamentalidade como uma técnica do poder de Estado. Segundo Murdoch e Ward (1997),

A governamentalidade se refere aos métodos empregados na medida em que o Estado representa e interfere nos domínios sobre os quais deseja governar, e como a integração territorial é, assim, alcançada (MURDOCH e WARD, 1997, p. 308).

Os autores argumentam que as tecnologias de produção de conhecimento não apenas descrevem a realidade empírica, mas reformulam a realidade. Segundo eles, através de estruturas institucionais, os indivíduos são integrados em formas de cálculo e normalização que visam assegurar que estes vejam a si mesmos de maneira semelhante e compatível com as representações estatísticas.

Danny MacKinnon (2000), por sua vez, também se dedica aos estudos de governamentalidade e discorre sobre a reestruturação das esferas locais do Estado, argumentando que esta é um produto da

ascensão do neoliberalismo como uma racionalidade política específica. Segundo ele, o funcionamento de um conjunto distinto de "tecnologias gerenciais" (como a gestão orçamental, a auditoria e o "*targeting*" [definição de públicos-alvo]) é fundamental para conferir ao Estado central a capacidade de modelar a prática institucional local. Ao mesmo tempo, os atores institucionais locais mantêm alguma flexibilidade para se adaptar e "traduzir" diretivas centrais para os seus próprios fins particulares. Para ele, a abordagem "neofoucauldiana" complementa as recentes contribuições "neogramscianas", pois enquanto a segunda propõe que o governo local deve ser visto como um produto da reestruturação do Estado nacional, a primeira especifica os mecanismos precisos que conferem às autoridades estatais centrais o alcance e a capacidade de monitorar e orientar as atividades de instituições locais. Deste modo, ele sugere que o enfoque sobre a recepção de tecnologias governamentais pelas instituições subnacionais podem oferecer uma linha de investigação capaz de expor as contradições internas e as fissuras de programas neoliberais.

No entanto, é no subcampo da geografia histórica que os estudos de governamentalidade vêm ganhando maior

destaque. Tais estudos tendem a conferir atenção à espacialidade das instituições, da cidade e do território, e à relação dessas espacialidades com os projetos de governo (HUXLEY, 2007). Driver (1985, 1993) foca seus estudos nas geografias históricas da prisão e das casas de trabalho (*workhouses*), Philo (2004) discorre sobre os hospícios e Ogborn (1992) dedica-se à regulação dos comportamentos urbanos. Todavia, foi o livro de Mathew Hannah (2000) sobre as técnicas governamentais implementadas nos EUA no século XIX que mais se tornou influente no âmbito dos estudos de governamentalidade, não só na Geografia, mas também em outras áreas de conhecimento (ver JOYCE, 2003).

Hannah (2000) argumenta que o censo nacional funcionou como um instrumento para construir um campo de inteligibilidade que permitiu tornar a população estadunidense e o seu território governáveis. Segundo ele, a governamentalidade permite assegurar acesso epistemológico a todas as partes do território e a tudo que nele está contido. O autor destaca três condições geográficas necessárias para que o Estado possa adquirir conhecimento estatístico sobre a população e os recursos distribuídos pelo território nacional: a abstração, a classificação (*assortment*) e a centralização. A primeira

envolve a necessidade de uma infraestrutura física e legal para tornar o mundo acessível (incluindo redes materiais, como as de transporte e comunicação); a segunda remete às condições que permitem identificar categorias de forma rigorosa e confiável, localizando as diferentes unidades de recursos e pessoas; e a terceira se refere à existência de “centros de cálculo”, capazes de reunir, organizar e processar as informações coletadas. Entretanto, ele ressalta que a racionalização do Estado não deve ser reduzida a uma função repressora, visto que proporciona também à população um sistema de orientação e um quadro de referência no qual suas ações se fundamentam.

Blomley e Sommers (1999) também destacam a utilidade prática de instrumentos governamentais para a população, a partir do estudo da cartografia. Eles argumentam que o mapeamento cartográfico não apenas representa uma realidade, mas constitui uma estratégia para agir sobre o real com o intuito de conduzir condutas. Os autores abordam a cartografia como um campo de contestação e de conflitos, e não como uma simples imposição do Estado. Segundo eles, a análise das políticas espaciais de mapeamento deve levar em conta o fato de que a governamentalidade não está restrita

ao Estado, e que os atores não estatais também fazem uso das tecnologias de governo para os seus próprios fins. A antropóloga americana Julia Elyachar (2005) ressalta, ainda, que os mapas não são apenas um instrumento do Estado soberano, pois conformam mais uma arena em que perspectivas concorrentes da realidade disputam entre si. Como Elyachar demonstra em seu estudo sobre o Egito, não foi o Estado que iniciou um esforço para mapear e desenvolver a economia informal, mas sim as organizações internacionais que proveram os recursos e os técnicos necessários para a realização de levantamentos estatísticos (mesmo que, posteriormente, isso tenha sido incorporado pelo Estado).

Rose-Redwood (2006a) também ressalta a importância de se expandir o foco dos estudos de governamentalidade para além das técnicas de governo do Estado para compreender como agentes não estatais constroem racionalidades governamentais e utilizam tecnologias de governo. Ele argumenta que a história da enumeração das casas é inseparável do estabelecimento e consolidação das relações de propriedade privada, pois a identificação da propriedade torna a circulação de pessoas e mercadorias mais fluida. Segundo o referido autor, o estímulo inicial para a



construção de um sistema de numeração das casas estadunidenses no século XIX, frequentemente provinha da burguesia, ao invés de prover da burocracia estatal. Mesmo assim, a enumeração das casas e a divisão territorial da propriedade privada são de grande importância para o Estado, pois tornam o espaço inteligível para as instituições burocráticas ao constituir uma “grade de coordenadas” (ROSE-REDWOOD, 2006) que viabiliza intervenções precisas e estruturam o espaço de acordo com uma ordem disciplinar.

Contudo, grande parte dos estudos de governamentalidade, mesmo na Geografia, pouco problematiza a dimensão física do território e mantém-se restrito ao estudo sobre a população. Bruce Braun (2000) critica a literatura no tema afirmando que poucos autores têm abordado a maneira pela qual a governamentalidade viabilizou um contato direto entre o Estado e as qualidades do território. Segundo o autor, a emergência de um discurso geológico tornou visível uma ordem subjacente e, de uma forma ou de outra, tornou a Terra “legível”, atribuindo novas características ao território (agora concebido também em sua dimensão vertical, referente às camadas do subsolo), permitindo o desenvolvimento de novas formas de ação econômica sobre ele e

induzindo novos investimentos em áreas antes pouco valiosas.

Isso levou à criação de políticas públicas e de instrumentos legais para regular a distribuição e o uso das “terras minerais”. Os regimes de propriedade precisaram incluir e regular a arquitetura interna da Terra e as leis que permitiam a venda de terras ricas em minerais para colonos que não possuíam o conhecimento e os recursos necessários para explorá-las tiveram que ser modificadas. O direito de propriedade da superfície foi separado do direito de propriedade do subterrâneo, criando modalidades de concessão e uma série de instrumentos legais – como o pagamento de *royalties*, pagamentos anuais de concessão, penalidades para depósitos minerais não explorados, inspeções anuais etc. – com o objetivo de otimizar o uso do território. Braun argumenta que, além disso, a Geologia gerou novos dados estatísticos e cartográficos que permitiram articulá-la com a Economia, identificando e localizando deficiências, comparando diferenças regionais e alocando recursos humanos e financeiros de forma mais eficiente. O que merece ser ressaltado, porém, segundo ele, não é o fato de que as terras de mineração tornaram-se, cada vez mais, objetos de regulação estatal e de contestação política, mas sim, que a emergência do discurso

geológico modificou a forma como pessoas e coisas são governadas.

Ele argumenta que os museus geológicos não são apenas locais neutros de exposição, mas, também, locais onde as pessoas se constituem como observadores de uma ordem existente que vai muito além dos muros do museu; e lá são convidados a imaginar o país sob o aspecto de sua estrutura vertical. Logo, para impulsionar o melhor aproveitamento econômico do território, foi preciso treinar os habitantes a ver e compreender a arquitetura interna da Terra. Com isso, busca-se alinhar as práticas dos indivíduos com os novos objetivos do Estado (BRAUN, 2000).

O estudo de Braun é, no entanto, um “ponto fora da curva”, e é precisamente a crítica que ele faz aos estudos de governamentalidade que gostaríamos de destacar como uma terceira precaução: não negligenciar, no âmbito destes estudos, o problema da inteligibilidade da natureza. Há, segundo Braun, uma relação estreita entre a natureza, a ciência e o cálculo político e econômico. Por isso, a natureza não deve ser concebida como algo externo à História. Segundo ele, não podemos compreender a governamentalidade sem considerar a maneira pela qual o território se constitui como “espaço de diferença” (*space of 'difference'*), isto é, sem

considerar a forma através da qual o território adquire novas características diferenciais, a partir do conhecimento sobre a natureza, produzindo efeitos econômicos e sociais, assim como novas estratégias de governo. Nesse sentido, ele destaca a importância das ciências da natureza (incluindo a geografia física) na produção do conhecimento governamental, pois permitem tornar o espaço sujeito ao cálculo (construindo modelos matemáticos como referência) e, com base nisso, pensá-los politicamente (ELDEN, 2007).

A preocupação dos geógrafos, contudo, não deve se restringir à consideração da natureza e das qualidades do território. Segundo Legg (2007b), a ênfase de Foucault nos espaços de saber-poder fornece reflexões importantes para a compreensão dos regimes de práticas que estão sendo construídos, mas não consegue capturar a complexidade dos lugares sobre os quais estes regimes atuam. Para o autor, os lugares (*places*) problematizam a operação dos dispositivos de poder. Thrift (2007) argumenta, ainda, que a abordagem de Foucault prioriza a ordem em detrimento da vivacidade (*aliveness*) do espaço. Como destacam O'Malley et al. (1997), é preciso ter o cuidado de não focar em demasia no aspecto programático do governo e não secundarizar aquilo que realmente ocorre

em favor do exame de textos que fornecem o registro empírico dos planos, programas, questionamentos e respostas governamentais que discorrem sobre aquilo que se deseja governar.

Os estudos de governamentalidade têm se orientado pela questão formulada por Foucault sobre o “como” do poder, o que significa não perguntar-se sobre o que é o poder, sobre a sua legitimidade, mas questionar-se sobre como ele é exercido, isto é, sobre quais são os meios pelos quais ele se exerce. Entretanto, o que os geógrafos (mas não só eles) vêm demonstrando, é que a questão do “como” deve ser complementada com a questão do “onde” do poder <sup>11</sup>, pois as relações que o constituem e os meios pelos quais ele se exerce não só demarcam zonas, espaços e locais nos quais territórios, populações e seus bens são apropriados, mas também assumem configurações específicas que estão sempre condicionadas pela história e pela geografia, não sendo, por conseguinte, idênticos em todo o mundo. Portanto, a crítica pós-colonial ao conhecimento eurocêntrico <sup>12</sup> e a proposta de “descentramento da Europa” (*decentering of Europe*), tornam-se bastante relevantes para que os estudos de governamentalidade possam se expandir para além dos domínios europeus e iluminar as diferentes

racionalidades governamentais em países considerados “não ocidentais”.

## **Governamentalidade, colonialismo e desenvolvimento**

---

Foucault tinha como objeto de estudo, principalmente, a França, a Inglaterra, a Alemanha, e os países escandinavos. Não obstante, na maior parte do mundo, os mecanismos e instituições liberais de governo existem de forma limitada sob condições particulares. Por isso, os estudos de governamentalidade apresentam inúmeras limitações para tratar das sociedades “não ocidentais”. Deste modo, não podemos deixar de nos perguntar se tais estudos podem servir de apoio para compreender as especificidades de sociedades tão diferentes daquelas que serviram para inspirar os escritos de Foucault. No caso destes países, será possível falarmos em “governo à distância”, em sujeitos autorregulados, em Estados preocupados em limitar suas ações em prol das liberdades individuais? O que dizer das enormes limitações dos mecanismos de seguridade social, do assalariamento restrito a uma parcela da população, ou da baixa qualidade e abrangência da saúde e da educação (elementos importantes da governamentalidade liberal)?

Os estudos pós-coloniais têm apresentado reflexões que ajudam a evitar uma transposição simplista, apreendendo as características específicas do governo em cada contexto, e têm, além disso, ajudado a problematizar a analítica do governo das sociedades "ocidentais". Legg (2007b), em seu livro sobre as governamentalidades urbanas de Dehli (Índia) e apoiando-se em autores pós-coloniais, propõe conferir atenção à "geografia paradoxal do liberalismo". O autor observa que, apesar do suposto universalismo do discurso europeu sobre os direitos e sobre a liberdade, esta só foi concedida àqueles suficientemente normalizados e alinhados com as regularidades que emergiram no "Ocidente". Segundo Hindess (2001) e Valverde (1996), isso significou, basicamente, que tais liberdades permaneceram restritas a homens adultos, brancos, saudáveis e heterossexuais.

Hindess (2001) afirma que os Estados "ocidentais", no século XIX, restringiam a liberdade de setores de sua própria população e exerciam um domínio violento sobre populações situadas fora de suas fronteiras nacionais. Chatterjee (2004) lembra, por exemplo, que logo após a vitória da Revolução Francesa (que levava o lema *Liberté, Égalité, Fraternité*), quando os líderes da revolução haitiana, na última

década do século XVIII, se insurgiram contra a metrópole e declararam o fim da escravidão, ouviram do governo revolucionário francês que os direitos do Homem não se estendiam aos negros, pois eles não eram considerados cidadãos (CHATTERJEE, 2004, p. 28-29). Logo depois, em 1802, o governo francês enviou tropas a São Domingos para reestabelecer o controle territorial e a escravidão (CHATTERJEE, 2004, p. 29).

Os estudos pós-coloniais têm insistentemente ressaltado esse ponto, identificando e localizando os discursos e as práticas excludentes que marcaram o colonialismo europeu, seja através da exclusão das populações colonizadas do conjunto da humanidade (racismo colonial) ou através de sua exclusão das instituições de soberania política (o falso liberalismo colonial) (SCOTT, 1995). Partha Chatterjee (1993) identifica o que ele chama de "regra da diferença colonial" (*rule of colonial difference*), como uma característica distintiva do Estado colonial e que permitia a este representar o colonizado como um ser "inferior". Segundo ele, neste contexto, quanto mais a lógica do regime de poder moderno impelia os processos de governo na direção de uma racionalização da administração e da normalização dos indivíduos, mais a questão da "raça" surgia

para enfatizar o caráter colonial da dominação britânica na Índia. Por isso, ele ressalta a importância de diferenciarmos o poder moderno do poder colonial para que possamos compreender suas especificidades e não tratá-lo como apenas mais um episódio da história europeia. Entretanto, David Scott (1995) argumenta que a diferenciação de Chatterjee corre o risco de homogeneizar o colonialismo como um todo e suplantando as particularidades (geográficas e históricas) dos diferentes regimes coloniais. Por isso, ele chama a atenção para a necessidade de compreendermos as racionalidades políticas do poder colonial, isto é, as formas pelas quais o poder colonial foi organizado como uma atividade projetada para produzir efeitos de governo. Ele está interessado, particularmente, na emergência de modalidades de poder cujo objetivo é desabilitar formas de vida tradicionais através do ataque sistemático às suas condições de existência para, em seu lugar, construir novas condições e, com isso, fazer emergir novas formas de vida.

O poder colonial passou a depender, não somente da inserção de ideias inglesas aqui e ali, mas da *transformação e redefinição sistemática do terreno sobre*

*o qual a vida do colonizado era vivida* (SCOTT, 1995, p. 205 [grifos nossos]).

Scott (1995) argumenta que é importante insistir na historicização do poder europeu, pois este passou por transformações peculiares na construção de um poder moderno nas colônias. Por isso, ele faz uma distinção entre as formas iniciais de governo colonial e as formas tardias. Nas formas tardias, o objetivo principal era preparar as colônias para a independência, mas preparar no sentido de garantir que os colonizados fossem orientados para um processo de aperfeiçoamento, de modernização nos moldes europeus. Em outras palavras, a independência deveria representar não um retorno à tradição, mas um avanço para um futuro mais "desenvolvido". John Darwin (1999) afirma que essa mudança para o desenvolvimento constituiu a principal característica do "Estado colonial tardio", no qual especialistas e consultores se multiplicaram pelas colônias para fazer avançar a mudança social e econômica.

Legg (2007b; 2008) e Legg e McFarlane (2008) ressaltam, ainda, que as políticas de desenvolvimento tiveram efeitos claros sobre o espaço urbano.

Segundo eles, a diáspora colonial de

especialistas e planejadores, que incluía engenheiros, peritos em higiene e urbanistas, ajudou a exportar para as colônias o planejamento urbano. Mesmo depois da emancipação das colônias, aqueles que se tornaram responsáveis pelo novo governo continuaram a priorizar o desenvolvimento como principal via para a superação da remanescente condição de dependência. Nesse contexto, a teoria do desenvolvimento pôde florescer a partir da ideia de que, como afirma Chatterjee (2004), sem a transformação das instituições e das práticas da sociedade civil seria impossível criar ou sustentar a liberdade e a igualdade no âmbito político. Portanto, tais transformações adquirem precedência sobre a liberdade e a igualdade, o que justifica o exercício ilimitado e excessivo do poder em nome do progresso, da modernização, do desenvolvimento e da liberdade. Na América Latina, por exemplo, regimes autoritários foram amplamente utilizados como instrumentos da liberalização econômica.

Mesmo com o declínio da colonização europeia, Hindess (2001) argumenta que a perspectiva paternalista se mantém influente tanto na formulação de programas de desenvolvimento econômico e político promovido por agências internacionais, quanto nas práticas

governamentais adotadas por Estados independentes pós-coloniais<sup>13</sup>. Não obstante, as estratégias de poder encontradas nos países “não ocidentais” não devem ser compreendidas como se fossem simplesmente “derivadas” das estratégias de poder europeias (SCOTT, 1995), como se as racionalidades de governo nestes países fossem uma cópia incompleta ou mal feita das racionalidades de governo do “Ocidente”. Além disso, as tecnologias de poder não têm uma única origem; elas são constituídas, exportadas, adaptadas, transformadas e descartadas de acordo com as contingências de cada contexto. Timothy Mitchell (citado por Legg, 2007a, p. 266) argumenta que o panóptico, o monitoramento escolar, o governo da população e sua análise cultural, a imaginação liberal britânica e a medicina colonial, tiveram algumas de suas muitas origens nas colônias. Segundo Foucault,

Nunca se deve esquecer que a colonização, com suas técnicas e suas armas políticas e jurídicas, transportou, claro, modelos europeus para outros continentes, mas que ela também teve numerosas repercussões sobre os mecanismos de poder no

Ocidente, sobre os aparelhos, instituições e técnicas de poder. *Houve toda uma série de modelos coloniais que foram trazidos para o Ocidente e que fez com que o Ocidente pudesse praticar também em si mesmo algo como uma colonização, um colonialismo interno* (FOUCAULT, 2005

[1976], p. 121 [grifos nossos]).

O método de trabalho social implementado pela Grã-Bretanha em suas colônias asiáticas e africanas, por exemplo – que organizou o controle sobre as populações submetidas e preparou a já prevista emancipação das mesmas –, ficou conhecido como “desenvolvimento de comunidade” (ANDER-EGG, 1976). Porém, nos Estados Unidos, o método de “organização comunitária” (que funcionava de forma bastante similar à versão britânica), foi implementado internamente em um período de forte imigração europeia, de crise econômica (após a Crise de 1929) e fortalecimento do projeto de integração nacional. Segundo Ander-Egg (1976), a organização comunitária norteamericana foi inscrita no campo do bem-estar,

empregando um método privativo de serviço social que, segundo Arthur Dunham (citado por ANDER-EGG, 1976), atuava como um processo dirigido para a criação de recursos e para a manutenção do equilíbrio necessário entre esses recursos e as necessidades de uma determinada área geográfica.

Na década de 1950, tal metodologia foi institucionalizada por organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização de Estados Americanos (OEA), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO), a Organização para a educação, ciência e cultura (UNESCO) e muitas outras <sup>14</sup>. Segundo um documento das Nações Unidas (citado por Srinivasan, 1962), o “desenvolvimento de comunidade” pode ser definido como um

(...) conjunto de processos pelos quais os esforços do povo se unem aos do governo, no sentido de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrá-las à vida nacional e



permitir que elas prestem sua plena contribuição ao progresso do país (ONU Apud SRINIVASAN, 1962, p. 22).

Tal método, segundo eles, busca reduzir os custos, desenvolver a infraestrutura econômica, aumentar a produtividade, estimular a iniciativa privada e elevar o padrão de vida e de consumo da população pobre. No Brasil, essa metodologia foi amplamente utilizada pelas superintendências de desenvolvimento (como a SUDENE, SUDAM etc.)<sup>15</sup>. Nas áreas urbanas do sudeste, Vincent Valla (1986) destaca a importância desta metodologia para os projetos de urbanização de favelas. No Rio de Janeiro, por exemplo, durante a administração de Negrão de Lima, foi criada, em 1968, a CODESCO (Companhia de Desenvolvimento de Comunidade), que tinha como proposta a urbanização das favelas, prevendo a participação dos moradores nos trabalhos, a utilização dos investimentos já existentes e a oferta de financiamentos individuais para a melhoria ou reconstrução das casas. A companhia, financiada por uma agência norte-americana, teria a atribuição de

(...) coordenar a elaboração de programa preliminar conjunto para o Estado da Guanabara nos setores de planejamento, habitação, urbanismo e industrialização e conduzir as negociações para o financiamento do mesmo junto a entidades financeiras nacionais e internacionais (CODESCO Apud SANTOS, 1979, p, 68).

Segundo Valla (1986), a “participação” passa a ser vista como condição *sine qua non* para a implementação dos projetos de urbanização de favelas. Essa participação, além de representar uma economia de recursos para as entidades promotoras (através da utilização do trabalho voluntário), possibilita uma aproximação e o controle das formas espontâneas e independentes de organização e participação popular. Em suma, uma nova política social para as favelas passa a ser pensada, em que a repressão aberta é substituída por métodos mais sutis, pedagógicos, educativos de controle (VALLA, 1986; AMMANN, 1980).

Com isso, chegamos à nossa quarta precaução: não tratar as tecnologias gerais



de poder apontadas por Foucault como se elas se sucedessem cronologicamente, mas sim, buscar a configuração específica das tecnologias de poder associadas a cada caso estudado. Assim, duas coisas precisam ser evitadas. Em primeiro lugar, não basta transpor as linhas gerais das estratégias de poder analisadas por Foucault para a realidade brasileira (ou outras realidades “não ocidentais”). A tarefa de compreender as governamentalidades que se constituíram aqui é uma tarefa árdua que depende de pesquisas minuciosas e um conhecimento profundo da história e da geografia brasileiras. Isso é importante para evitar a tendência de simplesmente repetir análises já realizadas em outros contextos e impedir que o fenômeno estudado faça com que o pesquisador sinta a necessidade de repensar a sua abordagem. Contudo, isso não significa, é claro, que convergências e ressonâncias com pesquisas em outros países não possam ser encontradas. Em segundo lugar, como afirma Bröckling et al. (2011), é preciso evitar um “finalismo implícito” que presume a racionalização e a otimização contínua das tecnologias de governo, pois esta perspectiva acaba tratando mecanismos de disciplina e de soberania como meramente residuais. Em suma, é sempre bom lembrar que os estudos de governamentalidade não pretendem

formular uma teoria social abrangente e não possuem um inventário metodológico pronto à disposição, mas constituem uma perspectiva de pesquisa, uma forma de olhar a partir de uma orientação específica (BRÖCKLING et al., 2011).

### **Últimas palavras: o potencial crítico dos estudos em governamentalidade\_\_\_\_\_**

As precauções apontadas ao longo do artigo servem apenas como cuidados iniciais para evitar transpor de forma simplista as reflexões dos estudos de governamentalidade para a Geografia e para a realidade latino-americana. No entanto, há ainda uma preocupação que desejamos abordar referente à diversidade de orientações políticas encontradas nessa literatura, e à alegação de uma suposta incompatibilidade entre estes estudos e uma perspectiva crítica.

Em uma entrevista, publicada no periódico “*Foucault Studies*”<sup>16</sup>, Colin Gordon revela que o livro *The Foucault Effect* foi produzido com o conhecimento de Foucault e, com a sua morte em 1984, os termos do projeto foram modificados. Segundo ele, havia entre os autores uma série de embates políticos. Alguns haviam rompido colaborações de anos e outros não mais queriam ser associados aos seus colegas. Gordon admite ter buscado, em sua

introdução ao livro, construir um plano de consistência entre autores que tinham perspectivas políticas bastante distintas. Logo, desde o início, aqueles que resolveram se ocupar de pesquisas que, de um modo ou de outro, dialogavam com os cursos de Foucault de 1978 e 1979, formavam um grupo bastante heterogêneo politicamente. Hoje, vemos um interesse cada vez maior de organismos internacionais e ONGs nos estudos de governamentalidade e, não raro, tais estudos têm ajudado a não apenas apresentar o liberalismo e o neoliberalismo como formas de governo que se opõem à coerção e à violência, mas também, a propor os meios para a sua renovação<sup>17</sup>.

Nessa mesma entrevista, Colin Gordon expressa seu desacordo em relação à afirmação de Nikolas Rose de que os estudos de governamentalidade deveriam desestabilizar as alegações daqueles que dizem nos governar em nome do nosso próprio bem estar e que, portanto, não deveriam se colocar a serviço daqueles que desejam governar melhor. Para Gordon, "isso soa como uma forma de conhecimento que deseja servir apenas ao lado da contestação" (DONZELOT e GORDON, 2008, p. 57). Ele afirma, ainda, que não há motivo para considerar que todo governo (mesmo aqueles que pretendem levar em

conta o bem dos governados) seja um mal em si mesmo.

Tal perspectiva concebe a genealogia como uma abordagem que se opõe à crítica, compreendendo-a como uma recusa em adotar aquilo que eles chamam de "retórica da denúncia". De fato, a genealogia foucauldiana tem sido marcada pela recusa de uma crítica ideológica orientada à descoberta de lógicas, interesses ou significados escondidos que precisam ser desmascarados e denunciados. Ela não tem como referência um quadro teórico com o qual pode distinguir entre o verdadeiro e o falso, entre o certo e o errado, entre ciência e ideologia. Ao contrário, busca compreender o discurso da verdade como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais. Para Foucault, o conhecimento é definido não pela existência exterior das coisas, mas pelo jogo, pela disputa entre formulações distintas, isto é, por um jogo político (FOUCAULT, 2002b [1973]).

Essa posição crítica em relação à epistemologia é particularmente marcante no pensamento de Foucault. De modo geral, ele busca compreender como, em nossa civilização, funcionaram as relações entre o governo dos homens, a manifestação da verdade sob a forma da subjetividade e a salvação para todos e cada

um (FOUCAULT, 2010 [1980]). Foucault se afasta da perspectiva marxista que, segundo ele, faz a crítica das representações em termos de verdade para definir a legitimidade do poder ou para denunciar a sua ilegitimidade. A crítica marxista, portanto, costuma ser acusada de considerar o poder como essencialmente negativo, proibitivo, e não como algo capaz de incitar e “produzir” sujeitos.

Entretanto, Foucault não opõe a genealogia à crítica. Segundo ele, a preocupação sobre as condições de possibilidade do conhecimento verdadeiro deve ser afastada em prol de uma crítica prática e histórica, que não procura depreender as estruturas universais de qualquer conhecimento, mas tratar os discursos que articulam o que pensamos, dizemos e fazemos como acontecimentos históricos. Essa postura não trata efetivamente do que somos (o que para nós é impossível conhecer), mas da contingência e da possibilidade de criar outras formas de ser, pensar ou fazer. Deste modo, trata-se de uma crítica que tem como método a arqueologia e como finalidade a genealogia (FOUCAULT, 2008c [1984]), e não uma crítica ideológica que denuncia a falsidade. O que está em jogo é a problematização da produção da verdade.

Nesse sentido, O'Malley et al. (1997) argumentam que o potencial político dos estudos de governamentalidade tem sido minado pelo surgimento de uma estratégia retórica que identifica a genealogia como uma abordagem contrária ao pensamento crítico, o que representaria um deslocamento em relação à proposta de Foucault, que utilizava a genealogia como uma forma de crítica não marxista. Esse deslocamento é mais acentuado na literatura anglo-saxã, e tem como consequência um distanciamento da matriz original e prática da genealogia foucauldiana, tornando-a cada vez mais abstrata e academicista (Gane e Johnston *apud* O'Malley et al., 1997).

Ao invés de buscar revelar as racionalidades de governo, tal estratégia explicativa acaba reduzindo a abordagem da governamentalidade ao estudo das “mentalidades de governo”, tornando-a insensível às variações sociais e à heterogeneidade social (O'MALLEY et al, 1997). Consequentemente, estes estudos acabam ficando muito presos aos aspectos programáticos do governo e afastam-se dos efeitos de suas aplicações práticas. Os estudos que simplesmente recusam a crítica problematizam pouco a posição do pesquisador, e negligenciam as práticas coercitivas do liberalismo e o seu papel nas estratégias de governo. Assim, O'Malley et

al. (1997) propõem uma abordagem crítica da genealogia e uma concepção da política que integre as relações de contestação e luta, não como fontes de insucesso programático, mas como constitutivas do governo.

Como destacam O'Malley et al. (1997), muitas das formas mais interessantes da crítica contemporânea, tais como a teoria *queer* e a desconstrução feminista, não são suscetíveis às objeções sobre a incapacidade em apreender o poder como algo "produtivo". Porém, tais abordagens foram, durante anos, juntamente com os estudos pós-coloniais, simplesmente ignorados por boa parte da literatura sobre a governamentalidade. Felizmente, hoje, novas perspectivas emergem e trazem consigo questões e problematizações que desestabilizam e conferem dinamismo aos estudos de governamentalidade. Inevitavelmente, tais perspectivas precisam ir além de Foucault e, como destaca Legg (2007a), também precisam ir além da província europeia.

Os estudos de governamentalidade oferecem uma abordagem com um enorme potencial crítico, visto que permitem evitar discussões altamente abstratas que isolam o trabalho teórico da prática política, fornecendo um instrumental conceitual e analítico capaz de estabelecer criticamente

as relações entre a prática cotidiana e o pensamento estratégico dos programas governamentais (O'MALLEY et al, 1997), revelando os mecanismos pelos quais o poder se exerce não somente negativamente sobre o indivíduo, mas sim, estimulando comportamentos e produzindo sujeitos.

Não devemos esperar que estes estudos produzam um programa político ou indicações, mesmo em linhas gerais, para a construção de uma "nova" sociedade. Todavia, eles podem ajudar (a quem deseja lutar) a identificar alguns objetivos e pontos de aplicação do poder, além de iluminar os seus campos de operação, isto é, os espaços que produzem para construir sua funcionalidade (SCOTT, 1995). A Geografia, na medida em que possui uma vocação, já antiga, para a elaboração estratégica pode, certamente, contribuir com essa análise do governo e, ao mesmo tempo, cooperar com organizações extra-acadêmicas, não para traçar os novos rumos da prática política, mas para maximizar as oportunidades de diferença e contestação.

## Notas

\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> Agradeço a Matheus da Silveira Grandi e a Vitor de Araújo Alves pela leitura crítica deste artigo e por suas sugestões.

<sup>2</sup> Cf. DONZELOT e GORDON (2008).

<sup>3</sup> Na verdade, esta aula já havia sido publicada em inglês em 1979 na revista *"Ideology and Consciousness"*.

<sup>4</sup> Por "ocidentais" entende-se os países da Europa ocidental, além dos Estados Unidos e do Canadá. Contudo, também pode incluir a Austrália e a Nova Zelândia (DEAN e HENMAN, 2004).

<sup>5</sup> Ver também as coletâneas organizadas por BARRY et al (1999) e SMANDYCH (1999), e o livro de ROSE (2007 [1999]).

<sup>6</sup> Ver sobre isso VALVERDE (1996) e as coletâneas organizadas por BRÖCKLING et al. (2011), DILLON e NEAL (2011) e SMANDYCH (1999).

<sup>7</sup> Cf. ROSE (2007 [1999]).

<sup>8</sup> Foucault argumenta que entre os séculos XVII e XIX, o poder soberano foi sendo substituído (mas não erradicado) por aquilo que ele chama de biopoder, isto é, o poder que age sobre a vida humana como corpo (através da disciplina) e como espécie (biopolítica). Assim, as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos do biopoder.

<sup>9</sup> As "formações discursivas" não são associadas ao discurso de um determinado sujeito. Elas criam um quadro de referências no qual o mundo faz sentido. Cada "formação discursiva" representa uma forma de ver a realidade, pois através de seus enunciados e da relação entre esses enunciados, o discurso constrói um sentido para a experiência. Assim, o discurso não é encarado como uma fala, pois ele fundamenta a fala, ele serve de base para a fala, visto que ele é utilizado por muitos indivíduos. Trata-se, portanto, de um discurso que torna a realidade inteligível, pois cria as bases para que as pessoas formulem sua opinião sobre as coisas e, assim, possam planejar sua prática (Cf. FOUCAULT, 2002a [1969]).

<sup>10</sup> A coletânea organizada por CRAMPTON e ELDEN (2007) é um excelente ponto de partida para quem deseja se aprofundar nas contribuições da Geografia para os estudos de governamentalidade.

<sup>11</sup> Ver sobre isso DEAN e HENMANN (2004) e LEGG (2007b).

<sup>12</sup> Cf. FANON (1968); GUHA (1997); MIGNOLO (2003) e QUIJANO (2000).

<sup>13</sup> Cf. WATTS (2003).

<sup>14</sup> Sobre o papel das organizações internacionais e das ONGs, favor consultar ELYACHAR (2005), ESCOBAR (1995) e LI (2007).

<sup>15</sup> Cf. AMMANN (1980).

<sup>16</sup> Ver DONZELOT e GORDON (2008).

<sup>17</sup> Cf. STENSON (1998).

## Bibliografia

- AGAMBEN, Giorgio (2000). *Means without end. Notes on politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- \_\_\_\_\_. (2010 [1995]). *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte. Editora UFMG.
- AMMANN, Safira Bezerra (1980). *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. São Paulo, Cortez Editora.
- ANDER-EGG, Ezequiel (1976). *Desarrollo de la comunidad*. Buenos Aires: Hymánitas. 6ª Ed.
- BALKE, Friedrich (2005). "Derrida and Foucault on Sovereignty". *German Law Journal*, n. 6(1), pp. 7185.

- BARRY, Andrew et al. (Ed.) (1999). *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: University of Chicago Press.
- BENJAMIN, Walter (2001 [1920]). Crítica da violência. In: *Escritos sobre Mito e Linguagem*. São Paulo: Editora 34.
- BLOMLEY, Nick e SOMMERS, Jeff (1999). Mapping Urban Space: Governmentality and Cartographic Struggles in Inner City Vancouver. In: SMANDYCH, Russel (Ed.). *Governable Places: Readings on Governmentality and Crime Control*. United Kingdom: Dartmouth Publishing Co., 261-286.
- BRAUN, Bruce (2000). Producing Vertical Territory: Geology and Governmentality in Late Victorian Canada. *Ecumene* 7 (1), pp. 7-46.
- BRÖCKLING, Ulrich et al. (2011). From Foucault's Lectures at the Collège de France to Studies of Governmentality: An Introduction. In: BRÖCKLING, Ulrich et al. (Ed.). *Governmentality: Current Issues and Future Challenges*. Nova Iorque: Routledge.
- CHATTERJEE, Partha (1993). *The Nation and Its Fragments: Colonial and Post-Colonial Histories*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- \_\_\_\_\_. (2004). *The politics of the governed: reflections on popular politics in most of the world*. New York, Chichester, West Sussex: Columbia University Press.
- COSTA, Jurandir Freire (2004 [1979]). *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 5ª Ed.
- CRAMPTON, Jeremy e ELDEN, Stuart (2007). *Space, Knowledge and Power: Foucault and Geography*. Burlington: Ashgate Publishing Company.
- DARWIN, John (1999). What was the late colonial state. *Itinerario* (23), pp. 73-82.
- DEAN, Mitchell (2010 [1999]). *Governmentality: Power and rule in modern society*. London: SAGE. 2ª Ed.
- DEAN, Mitchell e HENMAN, Paul (2004). Governing Society Today: Editors' Introduction. *Alternatives* (29), pp. 483-494.
- DEFERT, Daniel (1991). 'Popular Life' and Insurance Technology. In: BURCHELL, GORDON e MILLER. *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. Chicago: University of Chicago Press.
- DILLON, Michael e NEAL, Andrew (Ed.) (2011). *Foucault on Politics, Security and War*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- DONZELOT, Jacques (1991). The Mobilization of Society. In: BURCHELL, GORDON e MILLER. *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. Chicago: University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_. (2001 [1980]). *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 3ª Ed.
- \_\_\_\_\_. (2007 [1984]). *La invención de lo social: Ensayo sobre la declinación de las pasiones políticas*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- DONZELOT, Jacques e GORDON, Colin (2008). Governing Liberal Societies – the Foucault Effect in the English-speaking World. *Foucault Studies*. (5), pp. 48-62.
- DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul (1983). *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Chicago: University of Chicago Press.
- DRIVER, Felix (1985). Power, space and the body – a critical assessment of Foucault's discipline and punish. *Environment and Planning D: Society and Space*. n. 3, pp. 425-446.
- \_\_\_\_\_. (1993). *Power and Pauperism: The workhouse system 1834-1884*. Cambridge: Cambridge University Press.

- DUNCAN, James e DUNCAN, Nancy (1988). (Re)reading the landscape. *Environment and Planning D: Society and Space*. n. 6, pp. 117-126.
- ELDEN, Stuart (2007). Governmentality, Calculation, Territory. *Environment and Planning D: Society and Space*. n. 25, pp. 562-580.
- ELYACHAR, Julia (2005). *Markets of Dispossession: NGOs, Economic Development, and the State in Cairo*. Durham and London: Duke University Press.
- ESCOBAR, Arturo (1995). *Encountering Development: The Making and the Unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press.
- EWALD, François (1991). Insurance and Risk. In: BURCHELL, GORDON e MILLER. *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. Chicago: University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_. (1996). *Histoire de L'État Providence*. Paris: Grasset.
- FANON, Frantz (1968). *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S.A.
- FOUCAULT, Michel (1983). The Subject and Power. In: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Chicago: University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_. (2002a [1969]). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. (2002b [1973]). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora.
- \_\_\_\_\_. (2005 [1976]). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2007 [1979]). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. (2008a [1978]). *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2008b [1979]). *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2008c [1984]). O que são as Luzes? In: FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Coleção Ditos e Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. (2010 [1980]). *Do governo dos vivos*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- GREGORY, Derek (1998). *Explorations in critical human geography. Hettner Lectures 1*. Heidelberg: Franz Steiner Verlag.
- GUHA, Ranajit (Ed.). (1997). *A subaltern studies reader: 1986-1995*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- HANNAH, Matthew (2000). *Governmentality and the Mastery of Territory in Nineteenth-Century América*. New York: Cambridge University Press.
- HINDESS, Barry (2001). The Liberal Government of Unfreedom. *Alternatives* (26), pp. 93-111.
- HUXLEY, Margo (2007). Geographies of Governmentality. In: CRAMPTON, Jeremy e ELDEN, Stuart. *Space, Knowledge and Power: Foucault and Geography*. Burlington: Ashgate Publishing Company.
- JOYCE, Patrick (2003). *The Rule of Freedom: Liberalism and the Modern City*. Londres: Verso.
- LEGG, Stephen (2007a). Beyond the European Province: Foucault and Postcolonialism. In: CRAMPTON, Jeremy e ELDEN, Stuart. *Space, Knowledge and Power: Foucault and Geography*. Burlington: Ashgate Publishing Company.
- \_\_\_\_\_. (2007b). *Spaces of Colonialism: Delhi's Urban Governmentalities*. Oxford, Blackwell.
- \_\_\_\_\_. (2008). Ambivalent improvements: biography, biopolitics, and colonial Delhi. *Environment and Planning A*. 40, pp. 37-56.
- LEGG, Stephen e MCFARLANE, Colin (2008). Ordinary urban spaces: between postcolonialism and development. *Environment and Planning A*. Vol.40, pp. 6-14.
- LEMKE, Thomas et al. (2000). Gouvernementalität, Neoliberalismus und Selbsttechnologien. Eine Einleitung. In: BRÖCKLING, Ulrich et al. *Gouvernementalität der Gegenwart*. Main: Suhrkamp.
- LI, Tania Murray (2007). *The Will to improve: governmentality, development, and the practice of politics*. Durham, Duke University Press.
- MACHADO, Roberto (1978). *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- \_\_\_\_\_. (2007 [1979]). Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- MACKINNON, Danny (2000). Managerialism, Governmentality and the State: A Neo-Foucauldian Approach to Local Economic Governance. *Political Geography* 19: p. 293-314.
- MIGNOLO, Walter D. (2003). *Histórias Locais / Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MILLER, Peter e ROSE, Nickolas (2008). *Governing the Present: Administering Economic, Social and Personal Life*. Cambridge: Polity Press.
- MURDOCH, Jonathan e WARD, Neil (1997). Governmentality and Territory: The Statistical Manufacture of Britain's 'National Farm'. *Political Geography*, 16 (4), pp. 307-324.
- OGBORN, Milles (1998). *Spaces of Modernity: London's Geographies 1680-1780*. London. Guilford.
- O'MALLEY et al. (1997). Governmentality, criticism, politics. *Economy and Society*. 26(4), pp. 501-17.
- OPITZ, Sven (2011). Government Unlimited: The Security Dispositif of Illiberal Governmentality. In: BRÖCKLING, Ulrich et al. (Ed). *Governmentality: Current Issues and Future Challenges*. Nova Iorque: Routledge.
- Ó TUATHAIL, Gearóid (1996). *Critical Geopolitics: The Politics of Writing Global Space*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- PHILO, Chris (1992). Foucault's Geography. *Environment and Planning D: Society and Space*. (10), pp. 137-161.
- \_\_\_\_\_. (2004). *A Geographical History of Institutional Provision for the Insane from Medieval Times to the 1860's in England and Wales: The Space Reserved For Insanity*. Lewiston and Queenston, USA and Lampeter, Wales, UK: Edwin Mellen Press.
- QUIJANO, Aníbal (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso/Unesco. pp. 201-246.
- RAGO, Margareth (1985). *Do Cabaré ao lar: A Utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ROSE, Nicholas (2007 [1999]). *Powers of Freedom: Reframing Political Thought*. Cambridge: University Press.
- ROSE-REDWOOD, Reuben S (2006a). *Governmentality, the grid, and the beginnings of a spatial history of the geo-coded world*. Tese de doutorado (Ph.D) em Geografia. The Pennsylvania State University.
- \_\_\_\_\_. (2006b). Governmentality, Geography, and the Geo-Coded World. *Progress in Human Geography* 30, 4, pp. 469-486.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira (1979). *Três Movimentos Sociais Urbanos no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ.



- SCOTT, David (1995): Colonial Governmentality. *Social Text* (43), pp. 191-220.
- SENELART, Michel (2008). Situação dos cursos. In: FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População. Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- SMANDYCH, Russel (Ed.) (1999). *Governable Places. Readings on Governmentality and Crime Control*. United Kingdom: Dartmouth Publishing Co.
- SRINIVASAN, Lyra (1962). *Desenvolvimento de comunidade e colonização no Nordeste do Brasil*. Recife: SUDENE (Divisão de documentação).
- STENSON, Kevin (1998). Beyond histories of the present. *Economy and Society*. Vol. 27, n. 4, pp. 333-352.
- THRIFT, Nigel (2007). Overcome by Space: Reworking Foucault. In: CRAMPTON, Jeremy e ELDEN, Stuart. *Space, Knowledge and Power: Foucault and Geography*. Burlington: Ashgate Publishing Company.
- VALLA, Victor Vincent (org.). *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis: Editora Vozes.
- VALVERDE, Mariana (1996). Despotism and Ethical Liberal Governance. *Economy and Society*, n. 3, pp. 357-372.
- WATTS, Michael (2003). Development and governmentality. *Singapore Journal of Tropical Geography*, 24(1), pp. 6-34.

## GOVERNMENTALITY AND GEOGRAPHY: A CRITICAL REVIEW

**ABSTRACT:** THIS ARTICLE IS A REVIEW OF THE LITERATURE ON THE SO-CALLED "GOVERNMENTALITY STUDIES" AND INTENDS TO POINT OUT SOME PRECAUTIONS THAT WE SHOULD TAKE (WE "NON-WESTERN" GEOGRAPHERS) TO AVOID AN UNREFLECTIVE TRANSPOSITION OF ITS CONTENTS TO GEOGRAPHICAL RESEARCH AND TO LATIN AMERICAN REALITY. OUR TEXT, ALTHOUGH MODEST IN ITS OBJECTIVES, AIMS TO SERVE AS A RESOURCE FOR THOSE WHO WISH A FIRST APPROACH TO THE THEME OF GOVERNMENTALITY IN THE CONTEXT OF GEOGRAPHY. WE BEGIN WITH A BRIEF DISCUSSION OF SOME ASPECTS OF FOUCAULT'S WORK, REFERRING TO THE EMERGENCE OF LIBERAL GOVERNMENTALITY, AND THEN MOVE ON TO SHOW HOW DIFFERENT AUTHORS HAVE BEEN REFLECTING ON THE RELATIONSHIP BETWEEN GOVERNMENTALITY AND SPACE AND HOW SUCH STUDIES MAY HELP US TO THINK ABOUT THE SPECIFIC CONFIGURATIONS OF GOVERNMENT TECHNOLOGIES FOUND IN "NON-WESTERN" SOCIETIES. FINALLY, WE ARGUE THAT GENEALOGY AND THE GOVERNMENTALITY STUDIES ARE NOT INCOMPATIBLE WITH A CRITICAL APPROACH, IN THAT IT PROVIDES CONCEPTUAL AND ANALYTICAL TOOLS ABLE TO CRITICALLY ESTABLISH THE RELATIONSHIPS BETWEEN EVERYDAY PRACTICE AND THE STRATEGIC THINKING OF GOVERNMENTAL PROGRAMS.

**KEYWORDS:** GOVERNMENTALITY; GEOGRAPHY; POSTCOLONIALISM

## GUBERNAMENTALIDAD Y LA GEOGRAFÍA: UNA REVISIÓN CRÍTICA

RESUMEN: ESTE ARTÍCULO ES UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA DE LOS LLAMADOS ESTUDIOS DE GUBERNAMENTALIDAD Y MUESTRA QUE DEBEMOS TOMAR ALGUNAS PRECAUCIONES (NOSOTROS LOS GEÓGRAFOS "NO OCCIDENTALES") PARA EVITAR UNA ADOPCIÓN IRREFLEXIVA EN LA INVESTIGACIÓN GEOGRÁFICA Y LA REALIDAD LATINOAMERICANA. NUESTRO TEXTO, AUNQUE CON OBJETIVO MODESTO, PRETENDE SERVIR COMO UN RECURSO PARA AQUELLOS QUE QUIERAN UNA PRIMERA APROXIMACIÓN AL TEMA DE LA GUBERNAMENTALIDAD EN EL CONTEXTO DE LA GEOGRAFÍA. COMENZAMOS CON UNA BREVE DISCUSIÓN DE ALGUNOS ASPECTOS DE LA OBRA DE FOUCAULT, EN REFERENCIA A LA APARICIÓN DE LA GUBERNAMENTALIDAD LIBERAL, PARA LUEGO RELACIONAR ESTE ENFOQUE DE LA GEOGRAFÍA, QUE MUESTRA CÓMO DIFERENTES AUTORES HAN REFLEXIONADO SOBRE LA RELACIÓN ENTRE GUBERNAMENTALIDAD Y EL ESPACIO; NOS CABÍA PENSAR TAMBIÉN, EN GENERAL, YA QUE ESTOS ESTUDIOS PUEDEN AYUDAR A REFLEXIONAR SOBRE LA CONFIGURACIÓN ESPECÍFICA DE LAS TECNOLOGÍAS DE GOBIERNO QUE SE ENCUENTRAN EN LAS SOCIEDADES "NO OCCIDENTALES". FINALMENTE, SOSTENEMOS QUE EL ENFOQUE GENEALÓGICO Y LOS ESTUDIOS DE GOBERNABILIDAD NO SON INCOMPATIBLES CON UN ENFOQUE CRÍTICO, YA QUE PROPORCIONA UNOS INSTRUMENTOS CONCEPTUALES Y ANALÍTICOS CAPACES DE ESTABLECER CRÍTICAMENTE LAS RELACIONES ENTRE LA PRÁCTICA COTIDIANA Y EL PENSAMIENTO ESTRATÉGICO DE LOS PROGRAMAS GUBERNAMENTALES.

PALABRAS CLAVE: GUBERNAMENTALIDAD; GEOGRAFÍA; POSTCOLONIALISMO